

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo/SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 29 de agosto de 2023 a Companhia e sua controlada entraram com o Pedido de Recuperação Judicial. Em 30 de agosto de 2023 o mesmo foi deferido pela justiça do Rio Grande do Sul, na Comarca de Caxias do Sul. Em 27 de outubro de 2023 a Companhia e sua controlada apresentaram o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) nos autos, que encontra-se em fase de discussão com os credores e stakeholders, e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores, que não ocorreu até a presente data.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada incorreram em prejuízo de R\$240.066 mil, apresentam prejuízo acumulado de R\$179.434 mil, bem como, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante consolidado excedeu o total do ativo circulante consolidado no montante de R\$47.037 mil.

As incertezas significativas acima detalhas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia e sua controlada. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.



Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Porto Alegre/RS, 11 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Arthur Ramos Arruda', with a long horizontal stroke extending to the right.

Arthur Ramos Arruda
Contador CRC RS-096102/O

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	209	47.684	77.842
Aplicação financeira	6	-	-	1.056	-
Contas a receber de clientes	8	-	-	131.659	85.387
Estoques	9	-	-	138.090	151.756
Créditos com partes relacionadas		153	-	-	-
Impostos a recuperar	10	9	29	10.688	17.165
Despesas antecipadas		-	-	351	365
Outros créditos		-	-	7.230	7.891
Total do ativo circulante		167	238	336.758	340.406
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira	6	-	-	-	25.484
Conta vinculada	7	-	-	10.565	-
Depósitos judiciais		-	-	732	687
Impostos diferidos	11	-	-	-	21.707
Investimentos	13	77.945	317.989	4	4
Imobilizado	12	-	-	115.821	115.392
Direito de uso	15	-	-	98.074	104.522
Intangíveis	14	-	-	3.146	179.790
Total do ativo não circulante		77.945	317.989	228.342	447.586
Total do ativo		78.112	318.227	565.100	787.992

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	-	-	75.619	32.402
Outras obrigações - risco sacado	19	-	-	7.573	32.645
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	249.333	135.696
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	159
Impostos a recolher		-	-	14.595	2.207
Salários e férias a pagar		-	-	9.115	9.988
Provisão para contingências	20	-	-	818	815
Outras contas a pagar		-	-	16.499	6.204
Arrendamento direito de uso	15	-	-	10.243	9.256
Total do passivo circulante		-	-	383.795	229.372
Não circulante					
Fornecedores		-	-	1.323	2.507
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	2.930	135.075
Impostos diferidos	11	-	-	6.338	-
Outras contas a pagar		-	-	2.416	4.308
Arrendamento direito de uso	15	-	-	89.326	96.665
Total do passivo não circulante		-	-	102.333	238.555
Patrimônio líquido					
	21				
Capital social		289.512	289.512	289.512	289.512
Transações de capital		(31.797)	(31.797)	(31.797)	(31.797)
Reserva legal		-	59.663	-	59.663
Prejuízos Acumulados		(179.434)	-	(179.434)	-
Ajuste acumulado de conversão		(169)	849	(169)	849
Total do patrimônio líquido		78.112	318.227	78.112	318.227
Acionistas não controladores		-	-	860	1.838
Total do patrimônio líquido e acionistas não controladores		78.112	318.227	78.972	320.065
Total do passivo e patrimônio líquido		78.112	318.227	565.100	787.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	22	-	-	475.172	411.614
Custo das vendas	23	-	-	(332.870)	(288.956)
Lucro bruto		-	-	142.302	122.658
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	23	-	-	(103.817)	(95.136)
Despesas administrativas	23	(93)	(78)	(34.469)	(32.472)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(87.996)	(31.555)	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	23	(151.029)	-	(178.891)	(8.356)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(239.118)	(31.633)	(174.875)	(13.306)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	23	28	27.878	29.044
Despesas financeiras	24	(2)	(2)	(64.533)	(72.119)
		21	26	(36.655)	(43.075)
Prejuízo antes dos impostos		(239.097)	(31.607)	(211.530)	(56.381)
Imposto de renda e contribuição social	11				
Corrente		-	-	(491)	-
Diferido		-	-	(28.045)	24.426
Prejuízo do exercício		(239.097)	(31.607)	(240.066)	(31.955)
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(239.097)	(31.607)	(239.097)	(31.607)
Acionistas não controladores		-	-	(969)	(348)
		(239.097)	(31.607)	(240.066)	(31.955)
Prejuízo por ação		(0,83)	(0,11)	(0,83)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(239.097)	(31.607)	(240.066)	(31.955)
Outros resultados abrangentes a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes:				
Variação cambial controlada	(1.018)	647	(1.018)	647
Total de resultado abrangente do exercício	(240.115)	(30.960)	(241.084)	(31.308)
Atribuível a:				
Acionistas controladores			(240.115)	(30.960)
Acionistas não controladores			(969)	(348)
			(241.084)	(31.308)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Acionistas controladores								Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Transações de capital	Reserva de lucros		Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total			
			Legal	Reserva para investimentos						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	287.170	(31.797)	6.065	85.205	202	-	346.845	2.179	349.024	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(31.607)	(31.607)	(348)	(31.955)	
Retenção de lucros	-	-	-	(31.607)	-	31.607	-	-	-	
Integralização de capital	2.342	-	-	-	-	-	2.342	-	2.342	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	647	-	647	7	654	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	289.512	(31.797)	6.065	53.598	849	-	318.227	1.838	320.065	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(239.097)	(239.097)	(969)	(240.066)	
Compensação de prejuízo	-	-	(6.065)	(53.598)	-	59.663	-	-	-	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(1.018)	-	(1.018)	(9)	(1.027)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	289.512	(31.797)	-	-	(169)	(179.434)	78.112	860	78.972	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(239.097)	(31.607)	(211.530)	(56.381)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	10.174	9.617
AVP arrendamento	-	-	8.332	9.030
Amortizações de ativo de direito de uso	-	-	9.424	8.387
Provisão para giro lento de estoque	-	-	(251)	180
Provisão (reversão) de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.845)	16.013
Provisão para contingências judiciais	-	-	3	387
Juros/atualização de empréstimos/financiamentos	-	-	29.587	38.995
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(159)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(733)	4.413
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	139	546
Provisão para impairment intangível	151.029	-	175.932	-
Resultado de equivalência patrimonial	87.996	31.555	-	-
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(38.405)	11.305
Estoques	-	-	15.303	45.156
Partes relacionadas	(153)	-	-	-
Impostos a recuperar	20	1	6.478	19.450
Outros ativos	1	-	630	3.587
Fornecedores	-	-	40.358	(11.355)
Salários e encargos	-	-	(873)	(2.245)
Outras obrigações - risco sacado	-	-	(25.072)	(1.627)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	11.897	(4.852)
Outros passivos	-	-	7.418	(1.305)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(204)	(51)	31.807	89.301
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira	-	-	13.863	(8.521)
Compras de imobilizado	-	-	(9.957)	(16.572)
Compras de intangível	-	-	(73)	(1.315)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	-	-	3.833	(26.408)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	93.212	88.146
Pagamento arrendamento	-	-	(17.703)	(17.085)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(141.307)	(125.770)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	-	-	(65.798)	(54.709)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes	(204)	(51)	(30.158)	8.184
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes no início do exercício	209	260	77.842	69.658
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	209	47.684	77.842
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(204)	(51)	(30.158)	8.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é na Avenida Jabaquara, 2229, conjunto 121, Mirandópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Em 30 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Companhia Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação judicial (“Brinox”) situada em Caxias do Sul - RS, Brasil. A Brinox tem por objeto social, indústria, comércio varejista, atacadista e eletrônico, importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, panelas, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porcelana, cerâmica e demais matérias primas disponíveis no mercado. Sublocação de imóveis de terceiros.

Durante o exercício de 2023 a Companhia continuou apresentando prejuízo operacional principalmente devido à redução em seu volume de negócios e de aumentos sucessivos nos custos diretos de produção e devido a esse cenário a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial.

1.1. Recuperação Judicial

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária número 24 do livro 02, realizada no dia 25 de agosto de 2023, foi aprovado o ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, buscando, com tal medida equacionar o endividamento financeiro, assegurando a preservação e continuidade de suas operações.

Em 29 de agosto de 2023, a Companhia ajuizou, em conjunto com a sua controlada Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial, o Pedido de Recuperação Judicial a partir do processo nº 5040462-19.2023.8.21.0010 perante a Comarca de Caxias do Sul/RS, nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 30 de agosto de 2023 o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo responsável e iniciou o período de proteção legal (“*stay period*”), com ordem de suspensão das execuções e outras ações que possam levar à constrição ou expropriação do patrimônio das recuperandas, pelos créditos sujeitos ao plano de recuperação, pelo prazo de 180 dias, com prerrogativa de prorrogação, ficando também suspensa a prescrição pelo mesmo prazo, ressalvadas as ações previstas no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, ficando vedada a expropriação dos bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período da recuperação judicial, inclusive por créditos não sujeitos ao plano de recuperação, nos termos dos §§ 7-A e 7-B do artigo 6º da Lei 11.101/2005.

Rio Jari SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação Judicial--Continuação

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia e sua controlada apresentaram o Plano de Recuperação Judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, relação dos credores que serão pagos nos termos e condições indicados no plano, bem como o laudo de avaliação dos bens e ativos da Companhia.

Abaixo as classes de credores:

- Classe I Trabalhista: Credores titulares de crédito derivados da legislação do trabalho ou decorrente de acidente de trabalho;
- Classe II (Garantia Real): Credores titulares de créditos garantia real (penhor, hipoteca, etc.);
- Classe III (Quirografários): Demais credores titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral e/ou subsidiárias;
- Classe IV (ME/EPP): Microempresas e empresas de pequeno porte.

Em 17 de janeiro de 2024, a Companhia e sua controlada publicaram edital convocando os credores para se reunirem em Assembleia Geral de Credores (AGC) para votação do Plano de Recuperação Judicial, com realização, em 1ª convocação, em 22 de fevereiro de 2024, e em 2ª convocação, em 07 de março de 2024.

Em 22 de fevereiro de 2024, a AGC não apresentou a participação de credores com quórum mínimo requerido pela Lei 11.101/2005 para instalação da AGC em 1ª convocação e, assim, comunicou aos credores a sua não instalação, convocando-os a comparecer no dia 07 de março de 2024 para realização da AGC, em 2ª convocação, a ser instalada com qualquer número de credores presentes.

Em 07 de março de 2024, a Companhia e sua controlada solicitaram o adiamento da Assembleia Geral dos Credores para aprovação do Plano de Recuperação Judicial para 07 de maio de 2024, que foi aprovada pelos credores por maioria de votos. Todavia considerando a decretação de estado de calamidade pública no Estado do RS em face de chuvas, inundações e bloqueio de estradas, o Administrador Judicial deferiu o pedido, de cancelamento da AGC marcada para o dia 7 de maio de 2024, ficando as partes intimadas a nova data da Assembleia que será em 12 de junho de 2024.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Continuidade operacional

A Administração monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada incorreram em prejuízo de R\$240.066 mil, apresentam prejuízo acumulado de R\$179.434 mil, bem como, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante consolidado excedeu o total do ativo circulante consolidado no montante de R\$47.037 mil. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos da Companhia e sua controlada foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Apesar dos desafios financeiros enfrentados, a Administração da Companhia está dedicada em implementar medidas para fortalecer sua posição financeira e operacional, incluindo a redução de custos, a reestruturação de dívidas e a renegociação de contratos.

A controlada da Companhia, Brinox, continua operando com suas atividades produtivas normalmente e mantendo o fornecimento de produtos aos clientes durante o processo de recuperação judicial. A manutenção das operações é essencial não apenas para preservar o valor para os credores, mas também para proteger os interesses dos funcionários, clientes, fornecedores e outras partes interessadas.

2. Sumário das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas seguiram as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 11 de junho de 2024.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

A demonstração financeira consolidada é composta pela demonstração financeira da Companhia, da controlada direta Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial e das controladas indireta: Roceral S.A., Casidades S.A. e Habitat Comércio de Utilidades Ltda., conforme apresentado a seguir:

Razão social	País	Relação	Percentual de participação	
			31/12/2023	31/12/2022
Brinox Metalúrgica S.A.- Em Recuperação Judicial	Brasil	Direta	98,91%	98,91%
Roceral S.A.	Uruguai	Indireta	100%	100%
Casidades S.A.	Brasil	Indireta	100%	100%
Habitat Comércio de Utilidades Ltda.	Brasil	Indireta	100%	100%

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.4. Reconhecimento de receita

O CPC 47- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Reconhecimento de receita--Continuação

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.6. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Matérias primas e material de uso e consumo - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

2.7. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Imobilizado--Continuação

<u>Classes Patrimoniais</u>	<u>Vida útil</u>
Computadores e softwares	5 - 16 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 27 anos
Móveis e utensílios	4 - 30 anos
Moldes e Matrizes	10 - 20 anos
Instalações e Benfeitorias	10 - 25 anos
Veículos	5 -10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.9. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.9. Provisões--Continuação

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	<u>Alíquotas médias</u>
IPI - Imposto sobre produto industrializado	5,74%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,85%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	6,13%
PIS - Programa de Integração Social	1,33%

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.12. Resultado por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras obrigações risco sacado, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção “*Hedge*”, esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção “*hedge accounting*”.

2.14. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.15. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

O custo de constituição da sociedade controlada é mensurado pelo valor dos ativos cedidos ou passivos assumidos na data da operação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à operação.

A Companhia avalia periodicamente o valor recuperável de seus investimentos. Quando a participação da Companhia na perda da controlada for igual ou ultrapassar o valor do investimento, a Companhia não reconhece perda adicional, a menos que tenha assumido obrigações, tenha efetuado pagamentos em nome dessas sociedades ou realizado adiantamentos para futuro aumento de capital.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

2.16. Operações de Risco Sacado

Nas operações da Controlada Brinox, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação original. Esta operação não altera os valores e natureza passiva e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Os prazos não são alterados significativamente e não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem mesmo a essência econômico-financeira de tratar-se de transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia. Considerando tais características e a essência destas transações, a Companhia possui como prática contábil reconhecer os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de outras obrigações risco sacado. Essas transações estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.16. Operações de Risco Sacado--Continuação

Também ocorre a operação em que as instituições financeiras a pedido da Companhia pagam os fornecedores na data de vencimento e concedem prazo maior de pagamento a Companhia (a decisão de aderir a esta transação é compartilhada exclusivamente entre Companhia e a instituição financeira). Esta operação altera os valores e natureza passiva e afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e contribui no fluxo de caixa da Companhia. Essas transações estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para litígios: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Tributos sobre o lucro: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos, incluindo arrendamentos; além das análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Alterações de normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referentes a alterações de normas contábeis emitidas, mas ainda não vigentes. Não existem novas ou alterações de normas emitidas e vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração.

Adicionalmente, elencamos abaixo as novas normas e as alterações de normas emitidas até o momento, mas não vigentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2023:

Normas alteradas	Objetivo
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	<p>Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.</p> <p>As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações <i>sale and leaseback</i> celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16.</p>
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante	<p>Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:</p> <ul style="list-style-type: none">• O que se entende por direito de adiar a liquidação.• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. <p>Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses</p> <p>As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.</p>
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	<p>Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.</p> <p>As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.</p>

Na opinião da Administração, não haverá impacto significativo das alterações de normas mencionadas acima, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a findar-se em 31 de dezembro de 2024.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e bancos	5	21	47.684	7.592
Aplicações financeiras	-	188	-	70.250
	5	209	47.684	77.842

As aplicações financeiras foram remuneradas durante o exercício de 2023 de 87% a 110% da taxa do CDI (70% a 106% em 2022) e eram imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor.

6. Aplicação financeira

	Consolidado	
	2023	2022
Aplicação financeira CP	1.056	-
Aplicação financeira LP	-	25.484
	1.056	25.484

Em 2022 o valor demonstrado de R\$25.484 na conta aplicação financeira a longo prazo está em garantia da captação de empréstimo e podia ser resgatada para quitar o empréstimo que a originou. Já em 2023 o valor demonstrado de R\$1.056 na conta aplicação financeira a curto prazo é composto substancialmente pela debênture mantida junto à Caixa Econômica Federal.

7. Conta vinculada

O saldo é composto substancialmente por duplicatas recebidas de clientes e garantia para operações de cessão de crédito efetuados pela Companhia junto aos Bancos do Brasil e Sofisa, respectivamente. Os recursos não se encontram disponíveis para resgate imediato e nem estão auferindo rendimentos financeiros em 31 de dezembro de 2023, pois em decorrência do início da recuperação judicial foram bloqueados pelas instituições financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Cientes a receber - mercado interno	93.555	82.790
Cientes a receber - exterior	55.540	27.901
	149.095	110.691
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.662)	(22.507)
Ajuste a valor presente	(1.774)	(2.797)
Circulante	131.659	85.387

Em 31 de dezembro, a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Títulos a vencer	106.981	74.661
Títulos vencidos até 30 dias	11.070	9.860
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	1.726	4.479
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	230	3.969
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.608	7.151
Títulos vencidos há mais de 181 dias	27.480	10.571
	149.095	110.691

A movimentação da provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	(22.507)	(6.494)
Adições	(4.055)	(16.651)
Reversões	10.900	638
Saldo no final do exercício	(15.662)	(22.507)

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o impacto proveniente relacionado a um caso específico de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial no primeiro trimestre de 2023. Houve reforço na provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para cobrir 100% da exposição, gerando um impacto adicional no resultado do exercício de 2022 de R\$15.249.

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2023, em virtude do recebimento de valores em 2024, a reversão da referida provisão no valor de R\$10.638. Esse valor está alocado no grupo de outras despesas (receitas) operacionais, líquidas na demonstração do resultado do exercício.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

9. Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Produtos acabados	32.009	37.842
Produtos em elaboração	34.346	43.295
Matérias-primas	25.345	26.044
Mercadoria para Revenda	34.047	42.334
Material de uso e consumo	3.206	1.787
Adiantamento a fornecedores	13.017	5.970
Ajuste a valor presente	(2.664)	(4.049)
Provisão para estoque obsoleto	(1.216)	(1.467)
	138.090	151.756

O saldo de adiantamento à fornecedores refere-se a compra de mercadoria para revenda como, por exemplo, painéis de pressão de Inox e cafeteira italiana de alumínio com expectativa de recebimento no primeiro trimestre de 2024.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recuperar	-	-	1.131	2.623
PIS a recuperar	-	-	48	411
COFINS a recuperar	-	-	224	1.864
ICMS ativo permanente	-	-	603	755
IPI a recuperar	-	-	728	8.833
Outros impostos	9	29	7.954	2.679
Total circulante	9	29	10.688	17.165

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens do ativo imobilizado, utilizados em processos produtivos da controlada da Companhia.

PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados também sobre as operações de aquisições de bens do ativo imobilizado, utilizados em processos produtivos e demais casos permitidos pela legislação.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar--Continuação

IPI a recuperar

O saldo é composto por créditos apurados da operação da filial importadora e pela revisão tributária referente a exclusão de frete da base de cálculo do IPI no período de janeiro de 2020 até agosto de 2022 totalizando em R\$5.667, sendo R\$3.635 da matriz e R\$2.032 da filial indústria, o mesmo foi compensado ao longo de 2023.

Outros créditos

O saldo é composto por créditos apurados pela revisão tributária referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de outubro de 2002 até dezembro de 2022, totalizando em R\$5.342, o mesmo será compensado ao longo de 2024.

11. Impostos de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ/CSLL diferido sobre prejuízos fiscais	-	25.669
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	46.569	39.096
Total ativo	46.569	64.765
IRPJ diferido sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(6.001)	(7.522)
Contribuição social diferida sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(2.160)	(2.707)
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	(44.746)	(32.829)
Total passivo	(52.907)	(43.058)
Total líquido tributos diferidos	(6.338)	21.707

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias. Os montantes de imposto diferido ativo são constituídos com base na sua expectativa de realização. Até o exercício de 2022 a Companhia reconhecia imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa em montante que esperava realizar deduzindo a sua carga tributária em períodos futuros. Devido a situação de Recuperação Judicial, a Administração revisou suas projeções futuras e concluiu por baixar o saldo diferido ativo. A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$57.327 sobre o qual não constituiu imposto diferido.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Impostos de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Os principais saldos de contribuição social e imposto de renda diferidos são originários do efeito da incorporação da empresa anteriormente controladora Celle Participações Ltda. ("Celle") por esta Companhia, tendo como fundamento o ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Companhia pela Celle. Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos resultam da aplicação dos conceitos da Interpretação ICPC 09 no momento da incorporação reversa de Celle Participações Ltda em 30 de agosto de 2011. A amortização do ágio para fins fiscais será efetuada em 84 meses, com base em laudo de especialista que suporta os fundamentos do ágio. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(239.097)	(31.607)	(211.530)	(56.381)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	81.293	10.746	71.920	19.170
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	(29.919)	(10.746)	-	-
IR/CL diferido não cont. s/ prej. fiscal e base negativa	(51.374)	-	(105.300)	-
Subvenção para investimentos	-	-	7.124	7.052
Impacto da não tributação de créditos tributários	-	-	790	404
Outras exclusões/adições	-	-	(3.070)	(2.200)
Total do IR e CS	-	-	(28.536)	24.426
Diferido	-	-	(28.045)	24.426
Corrente	-	-	(491)	-

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Ativo imobilizado

	Consolidado								
	Benfeitorias em prédios de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Moldes e matrizes	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
31 de dezembro de 2022	3.784	11.715	102.037	55.946	8.020	4.950	293	14.387	201.132
Adições	-	113	3.005	78	381	232	77	6.071	9.957
Transferências	11.694	1.007	854	3.279	170	-	-	(17.004)	-
Baixas	-	-	(32)	-	(22)	(91)	(39)	(94)	(278)
31 de dezembro de 2023	15.478	12.835	105.864	59.303	8.549	5.091	331	3.360	210.811
Depreciação									
31 de dezembro de 2022	(464)	(4.121)	(45.678)	(29.808)	(2.926)	(2.498)	(245)	-	(85.740)
Depreciações	(713)	(669)	(4.649)	(2.308)	(558)	(478)	(16)	-	(9.391)
Baixas	-	-	22	-	18	63	38	-	141
31 de dezembro de 2023	(1.177)	(4.790)	(50.305)	(32.116)	(3.466)	(2.913)	(223)	-	(94.990)
Valor contábil líquido									
Saldos em 31/12/2022	3.320	7.594	56.359	26.138	5.094	2.452	48	14.387	115.392
Saldos em 31/12/2023	14.301	8.045	55.559	27.187	5.083	2.178	108	3.360	115.821

A Companhia revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia realizou a análise de recuperabilidade de seu ativo imobilizado e não verificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado é necessária.

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a moldes para as injetoras e tem a expectativa de finalização em 2024

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial	77.945	166.960	-	-
Ágio	-	151.029	-	-
Outros	-	-	-	4
	77.945	317.989	-	4

O investimento em controladas é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Brinox Metalúrgica S.A.	
	2023	2022
Ativo circulante	336.744	340.168
Ativo não circulante	228.342	296.557
Passivo circulante	383.948	229.371
Passivo não circulante	102.334	238.555
Patrimônio líquido	78.804	168.799
Receita líquida	475.172	411.614
Prejuízo do exercício	(88.965)	(31.903)
Percentual de participação	98,91%	98,91%
Resultado de equivalência patrimonial	(87.996)	(31.555)

A movimentação do investimento em controlada está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	317.989	348.897
Equivalência patrimonial	(87.996)	(31.555)
Provisão para Impairment de ágio	(151.029)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.019)	647
Saldo no final do exercício	77.945	317.989

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Intangíveis

Consolidado

	Ágio Coza	Ágio Sigma	Ágio Brinox	Softwares e outros	Total
Custo do intangível					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.005	898	151.029	4.510	180.442
Adições	-	-	-	73	73
Baixas	-	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.005	898	151.029	4.578	180.510
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	(652)	(652)
Adições	-	-	-	(783)	(783)
Provisão para realização	(24.005)	(898)	(151.029)	-	(175.932)
Baixas	-	-	-	3	3
Saldo em 31 dezembro de 2023	(24.005)	(898)	(151.029)	(1.432)	(177.364)
Valor contábil Líquido					
Saldo 31 de dezembro de 2022	24.005	898	151.029	3.858	179.790
Saldo 31 de dezembro de 2023	-	-	-	3.146	3.146

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio no valor de R\$24.005 foi alocado à unidade geradora de caixa representada pela empresa Coza Utilidades Plásticas Ltda., incorporada em 2012 e o ágio de R\$898 foi alocado à unidade geradora de caixa representada pela empresa Sigma Trading Ltda., incorporada à empresa Brinox Metalúrgica S.A. em 2015.

O ágio de R\$151.029 registrado na aquisição da Brinox Metalúrgica S.A foi alocado na controladora Rio Jari SP Participações S.A em 2011. Em 2023 foi realizado teste específico para suportar os ágios baseados em expectativas de rentabilidade futura (*goodwill*), que identificaram a necessidade de reconhecer a provisão para perda com *impairment* de 100% dos valores.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e as taxas de crescimento do EBITDA. Os valores determinados para as premissas chave representaram a avaliação da Administração às tendências futuras no segmento operacional da controlada e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem sua a média ponderada:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Intangíveis--Continuação

Consolidado--Continuação

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*) e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, e na média ponderada do custo de capital de uma indústria em que essa UGC atua.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada baseada na estimativa da administração da taxa anual composta de crescimento do EBITDA, a qual a administração acredita estar consistente com a premissa de mercado.

O EBITDA projetado foi baseado nas expectativas de resultados futuros levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- A receita utilizada na projeção está de acordo com o Business Plan elaborado pela administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país. Após o período de projeção de 5 exercícios, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico.
- Os impostos sobre as vendas são identificados conforme estimativa aproximada de alíquotas vigentes no país em 31 de dezembro de 2023. Os impostos significativos são os seguintes: PIS - Programa de Integração Social; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.
- O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no percentual histórico observado em anos anteriores.
- As despesas operacionais foram projetadas com base no percentual histórico observado em anos anteriores e foi baseado nas necessidades de expansão da base administrativa para suportar o crescimento estimado de receita.

Visto que a Companhia se encontra em processo de Recuperação Judicial, não é possível estimar a realização do plano de negócio das UGC, sem que ocorra a aprovação do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores (AGC). Desta forma, para 31 de dezembro de 2023, foi constituída provisão para perda na recuperação do ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futuras nas referidas UGC. Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia irá reavaliar a recuperabilidade dos referidos ágios, frente ao novo cenário econômico/financeiro do Grupo Brinox.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)

A Companhia realizou, em conjunto com sua controlada, a análise de seus contratos e identificou contratos de arrendamento elegíveis para aplicação do CPC 06 (R2) e avaliou os impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e aplicou a abordagem de transição simplificada (“método retrospectivo modificado”) e não apresentou os valores comparativos do ano anterior à adoção. A Companhia avaliou, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, e arrendamento cujo ativos são de baixo valor.

A Companhia possui contratos de locação, firmados com terceiros, os quais estão sendo classificados como arrendamento mercantil, que preveem a opção de renovação e rescisão. Estas opções são negociadas pela Administração para obter flexibilidade na gestão da carteira de ativos arrendados e alinhar-se as necessidades de negócio da Companhia. As taxas de desconto que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, foram obtidas com base nos principais índices de inflação do mercado e taxa estimada para captação de empréstimo caso optássemos pela obtenção do objeto de arrendamento com prazos e cenários semelhantes. A taxa média utilizada corresponde a 8,45% a.a.

O quadro abaixo evidencia a taxa praticada, os vencimentos e prazos dos contratos:

<u>Contrato de Aluguel</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Prazos (Meses)</u>
Imóvel Caxias do Sul	18/05/2031	120
Imóvel São Paulo	31/08/2024	60
Imóvel Espírito Santo	31/12/2030	120
Imóvel Espírito Santo	31/12/2032	120

O contrato de Imóvel Espírito Santo com prazo de vencimento 31/12/2030 referente ao aluguel do pavilhão já construído. Já o contrato de Imóvel Espírito Santo com prazo de vencimento 31/12/2032 é referente ao contrato de construção BTS com a finalidade de ampliação da unidade fabril de Linhares.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)--Continuação

A movimentação dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento no exercício de 2023 estão apresentadas abaixo:

Consolidado

Ativo de direito uso

Saldo em 31 de dezembro de 2022	104.522
Novos contratos/remensuração	2.976
Amortização	(9.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	98.074

Passivo de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2022	105.921
Novos contratos/remensuração	3.019
Pagamentos	(17.703)
Ajuste a valor presente	8.332
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.569

Circulante	10.243
Não circulante	89.326

Os compromissos futuros de longo prazo, oriundos destes contratos, estão apresentados a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2024	-	10.351
2025	11.153	10.365
2026	11.584	11.241
2027	12.563	12.191
2028	13.624	13.221
2029	14.775	14.338
2030	16.024	15.550
2031	8.145	7.950
2032	1.458	1.458
Total	89.326	96.665

16. Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores a pagar - mercado interno	34.030	5.225
Fornecedores a pagar - exterior	42.563	29.826
	76.593	35.051
Ajuste a valor presente	(974)	(2.649)
Circulante	75.619	32.402

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores--Continuação

Em 31 de dezembro, a posição de fornecedores vencidos e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Títulos a vencer	45.315	27.973
Títulos vencidos até 30 dias	4.336	3.760
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.340	82
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	4.327	140
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	19.547	996
Títulos vencidos há mais de 181 dias	728	2.100
	76.593	35.051

O montante de R\$46.282 está contemplado no plano de recuperação judicial.

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos	Moeda	Consolidado	
			2023	2022
FINAMES Banco do Brasil	3,50 a 6% a.a.	Reais	8	76
FINAME/BNDES	SELIC + 1,95 % a.a.	Reais	-	20.503
FUNDOPEM - BNDES	IPCA + 3% a.a.	Reais	21	256
Banco Itaú - Debêntures (Nota 18)	CDI + 3,95 a 4,25% a.a.	Reais	61.261	67.144
Banco Brasil ACC Exportação	4,75 a 8,39% a.a.	Dólar	8.680	7.302
Capital de Giro Banco do Brasil	CDI + 2,93 a 4,98% a.a.	Reais	30.710	31.882
Capital de Giro Santander	CDI + 4,29 a 4,66% a.a.	Reais	10.047	19.527
NCE Bradesco	CDI + 5,20% a.a.	Reais	11.910	3.661
Capital de Giro Banco Banestes	CDI + 3,90% a.a.	Reais	7.410	10.612
Capital de Giro Caixa Econômica Federal	CDI + 2,99 a 3,66% a.a.	Reais	31.136	28.690
Capital de Giro Banco Bradesco	CDI + 5,20% a.a.	Dólar	-	8.740
Capital de Giro Banco Safra	CDI + 4,9070% a.a.	Reais	11.313	9.581
Capital de Giro Banco Nordeste	IPCA + 1,9795% a 13,7973% a.a.	Reais	18.755	13.663
Capital de Giro Banco Nordeste	PRÉ + 13,62 a 19,00% a.a.	Reais	-	456
Capital de Giro Banco BBM	CDI + 0,35% a.a.	Reais	5.067	6.567
FINEP	TJLP + 3,00% a.a.	Reais	35.857	33.621
Banco IBM Leasing	Taxa 0,80 a 1,14% a.a.	Reais	385	521
Banco Sofisa	1,39% a.m.	Reais	-	408
Banco Votorantim	1,39 a 1,42% a.m.	Reais	-	7.561
Banco Fibra	CDI + 6,20%	Reais	2.033	-
Banco Banpar	1,65% a 1,70%	Reais	2.018	-
Banco Alfa	SELIC + 1,00%	Reais	7.140	-
Banco Haitong	CDI + 2,00%	Reais	6.420	-
Banco Daycoval	CDI + 6,59%	Reais	2.034	-
Banco Santander - Emp. Veículo	21,89%	Reais	58	-
			252.263	270.771
Passivo circulante			249.333	135.696
Passivo não circulante			2.930	135.075

O montante de R\$215.525 está contemplado no plano de recuperação judicial

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>2023</u>
2025	<u>2.930</u>
Total	<u>2.930</u>

As garantias dadas aos empréstimos e financiamentos incluem duplicatas do contas a receber, imobilizado e cartas fiança.

A Companhia possui cláusulas restritivas (“*covenants*”) quantitativas na operação das Debêntures e *covenants* qualitativos em outros contratos de empréstimos/financiamentos. O detalhamento do indicador das debêntures está descrito na nota explicativa nº 18. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atingiu os *covenants* estipulados em contratos e, dessa forma, os montantes das dívidas foram reclassificados para o curto prazo.

Em decorrência desses financiamentos, algumas obrigações devem ser mantidas pela Companhia. O vencimento dos empréstimos de longo prazo ocorrerá conforme demonstrado acima, ressalvados os eventos de vencimento antecipado. Abaixo, demonstramos os principais:

- Ocorrência de qualquer fato, medida judicial ou extrajudicial que possa afetar as garantias constituídas ou a solvência da Companhia;
- Existência de títulos protestados;
- Inadimplemento de outros contratos com a instituição financeira ou com quaisquer terceiros;
- Deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou insolvência da Companhia e/ou dos avalistas;

Se a Companhia e/ou avalistas sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações junto às instituições financeiras.

18. Debêntures

A Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a emissão de debêntures em 03 de dezembro de 2020, no valor nominal de R\$90.000. A emissão ocorreu em série única, correspondendo a 90 (noventa) debêntures.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

18. Debêntures--Continuação

O vencimento das debêntures ocorrerá durante os 4 (quatro) anos contados da data de emissão, com vencimento final, portanto, em 03 de dezembro de 2024, ressalvada a eventual declaração de Vencimento Antecipado e Resgate Antecipado Facultativo.

O contrato prevê também *covenants* financeiros (dívida líquida/EBITDA e EBITDA/despesas financeiras líquidas). A Companhia e os detentores das debêntures já acordaram que, para efeito de cálculo considera-se como EBITDA o lucro operacional antes do resultado financeiro, acrescido das depreciações e amortizações e sendo certo que as receitas financeiras provenientes das vendas a prazo deverão ser somadas novamente a receita operacional, realizada em conformidade com a Lei nº 11.638/12 CPC12 representados pelo ajuste a valor presente, sempre considerados os 12 meses anteriores ao da apuração.

Em Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas, realizada no dia 02 de junho de 2023 foi deliberado pela dispensa de cumprimento do índice (dívida líquida/EBITDA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em (12) parcelas e será realizado trimestralmente, sempre no dia 03 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário. A primeira parcela será paga em 03 de março de 2022, após decorrido o prazo de carência de 12 (doze) meses. Ocorrendo impontualidade no pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

As debêntures fazem jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da CDI, acrescida de taxa de 4,25 % (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (CDI acumulado 2,76% em 2020).

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de debêntures é de R\$61.261 (R\$67.144 em 2022) classificado integralmente no passivo circulante, apresentado na nota explicativa nº 17 (empréstimos, financiamentos e debêntures), montante que está contemplado no plano de recuperação judicial

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

19. Outras obrigações - Risco Sacado

A Companhia possui contratos firmados com instituições financeiras para estruturar, com os seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Maiores detalhes sobre essas operações estão incluídos na nota 2.16.

20. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi registrada no passivo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável, sendo representada por ações trabalhistas.

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhista	818	815
	818	815

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	815	428
Adições	3	387
Saldo no final do exercício	818	815

Os assessores jurídicos da Companhia descrevem em três grupos a probabilidade de ocorrência de perdas sobre os processos nos quais à Companhia figura como ré: a) perdas possíveis; b) perdas prováveis e c) perda remota. Tal classificação foi efetuada com base nas jurisprudências existentes sobre as questões discutidas e nas instâncias em que se encontram as discussões.

A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Dentre os processos estão os montantes de R\$24.912 (R\$22.953 em 2022), R\$58.551 (R\$53.714 em 2022), R\$39.279 (R\$35.782 em 2022), R\$42.636 (R\$38.710 em 2022), R\$45.096 (R\$40.765 em 2022) e R\$6.276 (R\$5.577 em 2022) que se referem ao auto infração expedido pela Receita Federal do Brasil relacionado ao ágio por incorporação reversa e sua amortização referente aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Além dos processos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2023, os processos trabalhistas com perda possível totalizavam R\$3.812 (R\$701 em 2022) e os processos cíveis totalizavam R\$0 (R\$615 em 2022).

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$289.512, dividido em 289.135.074 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva de investimentos

Constituída conforme o artigo 22, parágrafo primeiro do Estatuto Social. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções ou acréscimos por constituição da reserva legal e distribuição de dividendos terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 10% do lucro líquido do exercício deduzido da Reserva Legal.

Não houve distribuição de dividendos em 2023 e em 2022.

22. Receita líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de produtos mercado interno	452.800	454.944
Receita de produtos mercado externo	137.953	76.525
Ajuste a valor presente	(12.853)	(13.033)
Impostos sobre vendas	(96.778)	(102.067)
Receita de subvenção (nota explicativa 26)	20.954	20.744
Devoluções e abatimentos	(26.904)	(25.499)
	<u>475.172</u>	<u>411.614</u>

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

23. Despesas por natureza e função

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(268.110)	(222.586)
Despesas com pessoal	-	-	(79.882)	(78.116)
Comissões, fretes e demais sobre vendas	-	-	(41.450)	(35.498)
Depreciação e amortização	-	-	(10.174)	(9.617)
Amortização direito de uso	-	-	(9.424)	(8.387)
Energia elétrica	-	-	(3.630)	(3.687)
Prestadores de serviços	-	-	(20.905)	(14.357)
Locações de máquinas, imóveis e veículos	-	-	(1.680)	(2.286)
Despesas com manutenções	-	-	(4.974)	(5.463)
Despesas com verbas	-	-	(16.247)	(14.854)
Impairment de Ágio (nota 14)	(151.029)	-	(175.932)	-
Outras despesas	(93)	(78)	(17.639)	(30.069)
	(151.122)	(78)	(650.047)	(424.920)
Classificação por função				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(332.870)	(288.956)
Despesas com vendas	-	-	(103.817)	(95.136)
Despesas administrativas	(93)	(78)	(34.469)	(32.472)
Outras desp. (receitas) operac. líquidas	(151.029)	-	(178.891)	(8.356)
	(151.122)	(78)	(650.047)	(424.920)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros sobre a cobrança de clientes	-	-	1.038	465
Juros sobre aplicação financeira	23	28	4.711	7.770
Descontos obtidos	-	-	150	272
Variações cambiais ativas	-	-	5.671	7.483
Outras receitas financeiras	-	-	2.432	1.200
Receita financeira de ajuste a valor presente	-	-	13.876	11.854
Receitas financeiras	23	28	27.878	29.044
Descontos concedidos	-	-	(3.082)	(2.437)
Serviços e taxas bancárias	-	-	(3.333)	(1.840)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(29.828)	(37.776)
Variações cambiais passivas	-	-	(5.726)	(6.990)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(5.215)	(8.474)
Perda com Instrumentos Derivativos	-	-	(1.295)	(348)
Despesa financeira de ajuste a valor presente	-	-	(16.054)	(14.254)
Despesas financeiras	(2)	(2)	(64.533)	(72.119)
Resultado financeiro	21	26	(36.655)	(43.075)

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

25. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de sua Controlada, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de sua Controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e de sua Controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

25. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

25. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

25. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco operacional--Continuação

- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

	Consolidado	
	2023	2022
Total das exigibilidades	486.128	467.926
Caixa e equivalentes de caixa	(47.684)	(77.842)
Aplicações Financeiras	(1.056)	(25.484)
Dívida líquida (A)	437.388	364.600
Total do patrimônio líquido (B)	78.972	320.065
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro (A/B)	554%	114%

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 contrato de swap com marcação a mercado passiva de R\$159, com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de operação de empréstimo em moeda estrangeira. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade com o regime de competência.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

26. Receita de Subvenções Governamentais

Com base no artigo 30 da lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucro ou dividendos aos acionistas.

A adoção deste procedimento é fundamento para a não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o montante de R\$19.755 (R\$20.742 em 31 de dezembro de 2022), que serão subsequentemente destinados à constituição da reserva de subvenção para investimentos no patrimônio líquido, uma vez que em 2023 a Companhia apurou prejuízo e não efetuou a respectiva destinação. O montante do benefício da subvenção para investimento não sofre a tributação de IRPJ/CSLL conforme demonstrado na nota explicativa 11, na linha de subvenção para investimentos.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros consolidado contra sinistros era estipulada em R\$319.611 com prazo de vigência inicial de 03/11/2023 até 03/11/2024.

28. Eventos subsequentes

i) Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul

Na última semana de abril e na primeira quinzena de maio de 2024 ocorreram inundações históricas no Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Esse evento também afetou alguns bairros da cidade de Caxias do Sul/RS, porém o bairro onde está localizada a sede da controlada da Companhia não foi afetado. A Administração avaliou os resultados do evento e identificou impactos junto a seus fornecedores localizados no Rio Grande do Sul que foram afetados com as inundações, além da sua cadeia logística que também foi afetada devido as interdições das estradas, o que trouxe impacto financeiro negativo. Porém, não houve impactos materiais para o Grupo Brinox e não há expectativa de perdas relevantes ou que possam comprometer a continuidade das operações no Estado do RS.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

28. Eventos subsequentes--Continuação

ii) Depósito judicial

Em 5 de outubro de 2023 a Brinox recebeu a Notificação do Banco Alfa referente ao Contrato de Financiamento Crédito nº 22.9.007-1 FINAME), comunicando que a Notificante procedeu, no dia 01/09/2023, ao pagamento do valor de R\$10.413. em favor da "FINAME", logrando quitação integral e conseqüente desoneração de seus encargos como Fiador. Ambos os processos (Agravo de Instrumento nº 5002022-96.2024.8.21.7000 e Execução de Título Extrajudicial nº 1157619-64.2023.8.26.0100) dizem respeito ao mesmo crédito devido pelo Banco Alfa (Banco Alfa - FINAME - BNDES - Contrato nº 22.8.0007.1).

Em 31 de janeiro de 2024, o Banco Alfa apresentou Agravo de Instrumento quanto a última decisão, por entender que seu crédito é extraconcursal, devendo ficar em sua posse o valor depositado nos autos. Sendo deferida a tutela do recurso, para impedir o levantamento dos valores em favor da Brinox.

Em 28 de fevereiro de 2024, houve decisão no Agravo de Instrumento de n.º 5002022-96.2024.8.21.7000/RS, para compelir a Brinox a depositar o montante de R\$8.640 até o julgamento do recurso. O depósito judicial foi realizado no dia 12 de março de 2024.